



Rev. nustrAmérica, e-ISSN 0719-3092

2024, n.º 24, publicação contínua, e14517383

Ediciones nustrAmérica desde Abajo. Concepción, Chile.

Publicado em HTML, PDF e XML. Para citar, prefira o ARK <https://n2t.net/ark:/53698/14517383> | Também pode utilizar este link persistente <https://nuestramerica.cl/ref/e14517383>

Depositado no Zenodo: <https://doi.org/10.5281/zenodo.14517383>

Direitos autorais 2024: Gilberto Ferreira da Silva; Carolina Schenatto da Rosa | Direitos de publicação: Gilberto Ferreira da Silva; Carolina Schenatto da Rosa

Permissões de publicação não-exclusivas: Ediciones nustrAmérica desde Abajo

Licença: CC BY NC SA 4.0

Recebido: 22 de junho de 2024 | Aceito: 22 de outubro de 2024 | Publicado: 18 de dezembro de 2024

Aportes descoloniais à construção de pensamentos de fronteira desde o contexto latino-americano

Aportes descoloniales a la construcción de pensamientos de frontera desde el contexto latinoamericano

Decolonial Contributions to the Construction of Border Thinking from the Latin American Context

Gilberto Ferreira da Silva

Doutor em Educação. Docente da Universidade La Salle
Canoas, Brasil

gilberto.silva@unilasalle.edu.br

<http://lattes.cnpq.br/5057724567363394>

<https://orcid.org/0000-0002-6294-2322>

Carolina Schenatto da Rosa

Doutora em Educação. Realiza estágio pós-doctoral na Universidade de Caxias do Sul
Caxias do Sul, Brasil

carolinaschenatto@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6053267913287780>

<https://orcid.org/0000-0001-5021-3782>

Resumo: Toma-se por referência o lugar dos “arremessados para fora da história”, orientando-se pela desobediência à epistemologia clássica ocidental para propor a construção de uma epistemologia desde o contexto latino-americano. Se faz um exercício por procurar modos outros de pensar, não pela negação da hegemonia do pensamento ocidental, mas pelo seu destronamento e sua consequente realocação no campo do debate, colocando-se lado a lado. O exercício proposto aponta para a possibilidade da irrupção de um lugar outro de conhecimento, ainda que tomando a trágica experiência colonial como ponto de referência. O lugar de quem ficou fora da história é defendido neste trabalho como espaço de criação e experimentação histórica que permitiu outros modos de ser e viver. Assim, pelo descentramento do modelo hegemônico, aposta-se na construção de um espaço pluriversal onde estes outros modos possam ganhar reconhecimento em seus diferentes campos.

Palavras-chave: geoepisteme; pensamento latino-americano, epistemologia outra; decolonialidade; experiência colonial.



Licença CC BY NC SA 4.0: Atribuição-NãoComercial-CompartilhadoIgual-Internacional

Esta obra pode ser compartilhada e utilizada livremente em qualquer meio físico e/ou eletrônico pelo público em geral, sem a necessidade de obter qualquer permissão. A versão de distribuição recomendada é aquela editada e publicada pela Revista nustrAmérica em qualquer um de seus formatos atuais ou futuros, pois é a única versão que garante a inclusão de todas as revisões por pares e melhorias editoriais. No entanto, é permitida a livre circulação de todas as versões que possam existir do manuscrito e do artigo publicado (preprints, postprints, versões prévias e publicações editoriais). Qualquer outro tipo de uso legal que permita a licença e envolva adaptação ou remixagem deve ser consultado com as pessoas autoras, com exceção da Ediciones nustrAmérica desde Abajo, que possui permissões de publicação não-exclusivas e permanentes sobre esta obra. As pessoas autoras podem fazer qualquer tipo de uso legal do «conteúdo» desta obra, inclusive alterar a licença de uso, sem a necessidade de obter qualquer permissão. Fica estritamente proibido qualquer tipo de uso comercial desta edição ou de qualquer adaptação ou remixagem por parte de terceiros; no entanto, essa restrição não se aplica às pessoas autoras nem à Ediciones nustrAmérica desde Abajo.

Resumen: Se toma como referencia el lugar de los «arrojados fuera de la historia», orientándose por la desobediencia a la epistemología clásica occidental para proponer la construcción de una epistemología desde el contexto latinoamericano. Se realiza un ejercicio en busca de otros modos de pensar, no mediante la negación de la hegemonía del pensamiento occidental, sino a través de su destronamiento y posterior reubicación en el campo del debate, situándolo al mismo nivel. El ejercicio propuesto apunta a la posibilidad de la irrupción de otro lugar de conocimiento, aun tomando la trágica experiencia colonial como punto de referencia. El lugar de quienes quedaron fuera de la historia se defiende aquí como un espacio de creación y experimentación histórica que permitió otros modos de ser y vivir. Así, mediante el descentramiento del modelo hegemónico, se apuesta por la construcción de un espacio pluriversal en el que dichos otros modos puedan obtener reconocimiento en sus diversos ámbitos.

Palabras clave: geoepisteme; pensamiento latinoamericano; epistemología otra; decolonialidad; experiencia colonial.

Abstract: This work takes as a reference point the position of those who were “cast out of history,” guided by a disobedience to classical Western epistemology to propose the construction of an epistemology from a Latin American context. It engages in an exercise of seeking alternative modes of thought—not by denying the hegemony of Western thinking, but by dethroning it and subsequently relocating it within the field of debate, placing it on equal footing. The proposed exercise points to the possibility of the emergence of another locus of knowledge, even when taking the tragic colonial experience as a point of reference. The position of those left outside of history is here defended as a space of historical creation and experimentation that allowed for other ways of being and living. Thus, by decentering the hegemonic model, the aim is to construct a pluriversal space in which these other modes can gain recognition in their various domains.

Keywords: geoepisteme; Latin American thought; other epistemology; decoloniality; colonial experience.

Introdução

Neste trabalho o objetivo centra-se em posicionar, desde a “experiência colonial”, o lugar de construção de um pensamento outro, que por vezes encontra na perspectiva descolonial e de uma geoepisteme a possibilidade de localizar o ato criativo e de re-existência na história, reafirmando outros modos de vivência. É necessário que reconheçamos a dívida histórica que temos com o nosso próprio pensamento, com as culturas e epistemologias latino-americanas. Neste sentido, propomos discutir as contribuições para a irrupção de um pensamento outro amparado na perspectiva que se origina no campo de(s)colonial. Para tanto, consideramos necessário apresentar o Coletivo Modernidade/Colonialidade e, a partir das discussões por ele traçadas, os conceitos de Colonialismo, Colonialidade, De(s)colonização e De(s)colonialidade. Para então nos deter na elaboração e apresentação do que chamamos aqui de pensamento fronteiriço, também geoepisteme, ou ainda, um pensamento descolonial desde a experiência da “ferida colonial”.

Cabe ainda enfatizar o quanto o resultado desta reflexão ampara-se em uma trajetória construída a muitas mãos que se articulam através dos espaços de estudos, pesquisa e discussão aportados pelo Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI/CNPQ) no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle/Canoas. Um coletivo que durante os últimos cinco anos têm se dedicado de forma rigorosa, sistemática e disciplinadamente ao estudo e à produção de pesquisas que procuram romper com o isolamento clássico do trabalho investigativo, apostando no trabalho coletivo e colaborativo, desafiando-se a abrir para sensibilidades outras que estimulem a criação e a assunção de modos outros de conhecimento. Partiu-se da rotina simples do trabalho em um Programa de Pós-graduação, como bem se pode observar no registro feito: “os diálogos mobilizavam leituras e buscas, ao mesmo tempo, outros orientandos foram sendo ‘contaminados’ pela necessidade de buscas mais intensas, mais pontuais, direcionadas, aos poucos, para um coletivo que foi sendo mobilizado” (Silva 2020, 7). O desafio ao orientador estava posto. Era preciso escutar que a construção de um grupo de pesquisa privilegiando aspectos existenciais traduzidos

em posturas cotidianas assumia por exigência revelar coerência em seu próprio funcionamento foi caracterizado justamente por: “Orientandos e orientandas que igualmente traziam suas histórias existenciais, diversas, marcadas por temporalidades distintas, somando-se a um coletivo que se institui em movimento” (Silva 2020, 7).

Coletivo Modernidade/Colonialidade: um giro para o Sul

Este trabalho toma como referência teórica as produções do Coletivo Modernidade/Colonialidade (M/C). Também conhecido como *Programa de Investigación Modernidade/Colonialidade* (Escobar 2003), o M/C teve sua origem no Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos (GLADES), uma rede de investigação fundada no início da década de 1990, com o objetivo de evidenciar e pluralizar as concepções de mundo inferiorizadas pelo pensamento europeu (Ballestrin, 2013). No final da referida década ocorreu a cisão do GLADES, pois alguns pesquisadores acreditavam que os Estudos Subalternos “não rompem de maneira suficiente com os autores eurocêntricos” (Mignolo 2007, 14-5). Por essa razão, em 1998, é organizado o Grupo Modernidade/Colonialidade, composto inicialmente pelos pesquisadores Walter Mignolo, Edgardo Lander, Arturo Escobar, Enrique Dussel, Fernando Coronil, Immanuel Wallerstein e Aníbal Quijano. Conforme Escobar (2003, 70), “el grupo puede ser considerado como una comunidad de argumentación que trabaja colectivamente en conceptos y estrategias”.

Ao longo de quase duas décadas, o M/C, tem sido referenciado por seus membros de diferentes maneiras: “grupo modernidad/colonialidad, proyecto modernidad/colonialidad, programa de investigación latinoamericano de modernidad/colonialidad, red de modernidad/colonialidad, proyecto modernidad/colonialidad/decolonialidad o proyecto decolonial” (Restrepo y Rojas 2010, 31). Independentemente da nomenclatura adotada, o coletivo tem participado ativamente de eventos e discussões - acadêmicas ou não-, com o intuito de difundir as teorias de(s) coloniais e promover uma outra mentalidade capaz de compreender e transformar as relações entre centro e periferia nas organizações mundiais (Castro-Gómez y Grosfoguel 2007). Nesse sentido, o coletivo constitui-se como um *projeto político-existencial*, no qual os compromissos teórico-epistemológicos, políticos e sociais dos pesquisadores têm igual importância nos processos de construção, discussão e socialização do conhecimento. Esse programa de investigação, conforme Escobar (2003), tem como forma orientadora uma reflexão contínua sobre a realidade cultural e política da América Latina, incluindo em suas discussões os *conhecimentos outros*, os saberes subalternizados que não são validados pelas epistemologias dominantes.

Ballestrin (2013), em artigo onde apresenta “a trajetória e o pensamento do Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C)”, enfatiza que “o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI” (89), estruturando paulatinamente por meio de vários seminários, diálogos paralelos e publicações. Para ela, “grupo compartilha noções, raciocínios e conceitos que lhe conferem uma identidade e um vocabulário próprio” (99); o estudo destes conceitos e vocabulários próprios foi parte indispensável do processo de construção desta dissertação e pretendemos, de forma sintética, apresentá-lo neste capítulo.

Conforme é possível perceber no “Quadro 1 – Perfil dos membros do grupo Colonialidade/Modernidade” (Ballerstrin 2013, 98), elaborado pela pesquisadora, os membros do M/C não têm como centralidade analítica a área da educação. Ainda assim, consideramos que as produções do coletivo contribuem para o entendimento e a problematização das políticas e práticas educacionais presentes no continente latino-americano. Por essa razão, consideramos que as produções do coletivo, em conjunto com outros escritos, são as bases teórico-epistemológicas que guiaram e guiarão nossos estudos.

Nesse sentido, ao abordar a trajetória histórica do M/C, Neto (2015) sintetiza a produção do coletivo da seguinte forma: “Individualmente ou em rede, estes intelectuais têm produzido um significativo conjunto de categorias de análise sobre a modernidade/colonialidade, especialmente nos campos da filosofia, dos estudos culturais, da sociologia, da história e da análise literária” (Neto 2015, 66). Ao tomar o lugar América Latina como referência, o grupo de pesquisadores volta-se para o que é próprio e procura enriquecer-se com o que vai encontrando de modos de produzir conhecimentos. Ainda que em um primeiro momento fortemente marcado por preocupações teóricas e filosóficas, desde a gênese da criação está posta a preocupação com a abertura para uma espécie de epistemologia outra, uma epistemologia de fronteira: “Eles têm procurado investir na construção de uma perspectiva epistemológica emergente desde a América Latina, um ‘paradigma Outro’ (ao invés de mais um paradigma no contexto da ciência moderna), uma ‘epistemologia de fronteira’ (...)” (Neto 2015, 66-7). De tal modo que permita indagar pela “subalternização dos conhecimentos dos grupos oprimidos de nossa região e propondo uma lógica de pensar diferente, que considere e inclua a densa trama histórica e simbólica que está implicada em tais conhecimentos subalternos” (Neto 2015, 67).

Assim, M/C representa a soma dos *pensamentos outros* e das iniciativas produzidas e discutidas por diversos teórico latino-americanos ao longo do século XX, dentre os quais destacamos, pela relação direta com nosso trabalho, Paulo Freire. Portanto, as produções do coletivo distinguem-se das construções teóricas já consolidadas, uma vez que constituem um marco histórico para a origem da modernidade distinto dos referenciais comuns (enquanto o pensamento hegemônico situa o Iluminismo como marco temporal da modernidade, o M/C situa o período a partir da conquista da América); que consideram o desenvolvimento do modelo capitalista e da globalização como elementos constitutivos da modernidade (a dominação econômica e cultural como reflexos/consequências da usurpação da América e da África), adotando uma perspectiva global para compreender a modernidade e seus desdobramentos (sistema-mundo); e, ainda, que compreendem a noções de conhecimento e de validade científica consideradas universais são características da perspectiva moderna e eurocêntrica (Escobar 2003). Por essas razões, o grupo busca, por meio de discussões transversais e transdisciplinares sobre gênero, raça e classe no contexto da globalização, produzir uma intervenção epistêmica, política e marcadamente ontológica no campo das ciências modernas, procurando por constituir outro espaço para a produção de conhecimento, não mais limitados a um único modelo, busca-se “una forma distinta de pensamiento, un paradigma otro, la posibilidad misma de hablar sobre ‘mundos e conocimientos de outro modo’ (Escobar 2003, 53).

Ou, seja, a proposta do grupo não é apenas dialogar com pesquisadores, mas também com movimentos sociais e políticos sobre a necessidade de se pensar teórica e epistemologicamente a América Latina a partir das práticas locais e dos grupos subalternos. As inspirações teórico-conceituais do M/C perpassam pela teologia e filosofia da libertação, pela teoria da dependência, pelos debates de uma ciência social latino-americana autônoma, pela crítica das teorias europeias e norte-americanas da modernidade (o debate latino-americano sobre modernidade e pós-modernidade), pelas discussões antropológicas e comunicacionais sobre hibridismo. Em grandes linhas se pode conceber a experimentação de uma perspectiva transdisciplinar, onde se observa a ação reflexiva de diferentes profissionais oriundos dos mais variados campos do conhecimento a um determinado “objeto” de estudo, talvez no caso do grupo M/C, poderia se aludir a ideia de um campo de estudos, colocando a experiência da colonização no contexto latino-americano como ponto central de análise (Pachón Soto 2008). Como grupo composto por diferentes intelectuais e de diversas áreas de conhecimento seria natural conceber que não existe uma unidade no modo como as diferentes questões são abordadas, assim como algumas noções vão ganhando maior popularidade que outras, evidenciando, por sua vez seus autores. Este grupo veio cumprindo um papel importante desde o final da década de 90, permitindo um revisitado de temas, ou então, como se popularizou, a possibilitar a realização do giro epistemológico, que criou novas possibilidades de compreender o lugar do conhecimento desde o contexto local e também a relação com o global.

Escobar (2005) sintetiza algumas das noções que mais ganharam força nos estudos: a colonialidade do poder, amparada nas ideias do sociólogo peruano Anibal Quijano, compreende o modelo hegemônico de dominação no contexto latino-americano desde a conquista, onde duas dimensões são postas em movimento para dar sustentação ao processo violento de colonização, de um lado a racialização dos grupos humanos e de outro o trabalho, ambas com o objetivo de gerar benefícios ao “homem, branco, cristão europeu”. Nesta esteira, a diferença colonial e a colonialidade global, categorias que Walter Mignolo trabalha assumem papel importante para subsidiar este giro, referindo que estas duas categorias apontam para o “conocimiento y dimensiones culturales del proceso de subalternización efectuado por la colonialidad del poder; la diferencia colonial resalta las diferencias culturales en las estructuras globales del poder existentes actualmente (Escobar 2005, 35). Outras duas categorias são enfatizadas: “la colonialidad del ser apunta hacia el ‘exceso ontológico’ que ocurre cuando seres particulares se imponen sobre otros y, además, encara críticamente la efectividad de los discursos con los cuales el otro responde a la supresión como un resultado del encuentro” (Escobar 2005, 35). A outra categoria é a do eurocentrismo, compreendida como um “modelo de conocimiento que representa la experiencia histórica europea, que ha devenido globalmente hegemónica desde el siglo XVII (Dussel, Quijano); de ahí la posibilidad de pensamiento y epistemologías no-eurocéntricas” (Escobar 2005, 35)¹.

As contribuições do Grupo M/C são inegáveis no conjunto do meio acadêmico e com efeitos junto aos movimentos sociais. Na avaliação da pesquisadora argentina Silvia Valiente este grupo “reunió

¹ Dentre a vasta gama de escritos que contribuem para a contínua reflexão sobre a realidade e busca por possibilidades de pensamento e de epistemologias não-eurocêntricas, destacamos o livro “La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas”, uma produção coletiva organizada por Edgardo Lander (2005), cujos capítulos discutem questões como: descolonialidade, colonialidade, colonialismo, modernidade e diferença colonial.

una diversidad de investigadores en términos generacionales (al menos dos), de nacionalidades y de disciplinas de origen, lo cual imprimió diferentes significados a lo decolonial” (2022, 24). Para além dos temas já destacados, estes pesquisadores se mobilizaram “en torno a dos grandes perspectivas: el culturalismo que reunió a quienes procedían de la antropología, lingüística, filosofía; y la economía política, que congregó mayoritariamente a sociólogos” (2022, 24). Valiente destaca a importancia de considerar que um grupo, marcado pela heterogeneidade de áreas de conhecimento, pertencimentos nacionais, dentre outras diferenças, não pode ser entendido “como un conjunto homogéneo de pensadores y postulados. Podemos registrar confluencias y divergencias en su interior, así como su complementariedad con otras opciones” (2022, 24).

Os deslocamentos que produzem e mobilizam os distintos campos assumidos e apresentados na arena acadêmica e social para o debate, é sem dúvida uma das grandes contribuições que o grupo M/C veio aportando, a amplitude de seu alcance e a renovação que vem produzindo em temas clássicos, tais como o racismo e as questões de gênero.

Descolonialidade: um movimento necessário

Ao longo do século XIX, a América Latina, finalmente, conseguiu descolonizar-se. Espanhóis e portugueses perderam o domínio sobre das terras e da estrutura político-econômica; as colônias latino-americanas deram lugar aos Estados Nacionais. Porém, como aponta Mignolo (2010), esse processo de descolonização revela-se incompleto, limitando-se a desprender-se política e geograficamente das amarras imperialistas. Dele resultou a colonialidade, que segundo a caracterização de Anibal Quijano (2014), na América Latina a extinção do estado oligárquico, permanece como uma herança maldita, corroendo as estruturas estatais.

Pero ni su dependencia histórico/estructural en la colonialidad global de poder, ni los modos de explotación y de dominación inherentes a este patrón de poder, fueron erradicados o alterados suficientemente como para dar lugar a una producción y gestión democráticas del Estado, ni de los recursos de producción, ni de la distribución y apropiación del producto. (2014, 21)

Romper com essa hegemonia exige mais do que os movimentos de independência: exige que rompamos com o imaginário colonizado; exige ruptura com a lógica moderna que guia política, econômica, social, cultural e epistemologicamente os nossos cotidianos; exige que miremos “realidades-outras”, “culturas-outras”, diferentes modos de ver, viver, sentir e estar *no mundo e com o mundo*. Nesse sentido, a descolonização é um “[...] sin número indefinido de estrategias y formas contestatarias que plantean un cambio radical en las formas hegemónicas actuales de poder, ser, y conocer (Maldonado-Torres 2008, 66).

Essas formas hegemônicas são *transmitidas* por exemplo no campo d educação, por muitas das práticas pedagógicas e sancionadas por políticas educacionais. As incontáveis estratégias que desde o contexto latino-americanos, desenvolve-se para distaciar-mos das categorias de pensamento que influenciam as formas de ver e viver a realidade, são ainda compreendidas a partir da perspectiva da *colonialidade*, como este processo que impregna e orienta as formas

como se vai construindo sentidos. Ou seja, ainda que intrinsecamente relacionados, descolonização, colonialidade e de(s)colonialidade são conceitos distintos.

Parafraseamos Walter D. Mignolo (2010) para traçar alguns elementos que possam contribuir para a distinção conceitual: enquanto a descolonização foi o processo de cortar o cordão umbilical com o império, a de(s)colonialidade é um processo de ruptura e de diálogo que envolve colonizados e colonizadores na construção da pluriversalidade política e existencial, que aponta para o que restou deste processo, traduzido como colonialidade, por isso a importância de um refazer-se, reconstruir-se como novos sujeitos históricos concretos. Esse processo exige que pensemos a *nuestra América* para além do prisma da racionalidade-modernidade europeia. Ou seja, a de(s)colonialidade é um movimento de resistência à colonialidade para que efetivamente, nos distanciemos dela. É um processo de construção da autonomia política, cultural, intelectual, social e ontológica da América Latina (assim como da África, da Ásia, ...), por meio da valorização e (re)descoberta da história e das especificidades locais.

Importante justificar a escolha pela grafia de(s)colonialidade, salientando que não há um consenso quanto a forma correta de escrita do conceito. O prefixo “des” indica negação, oposição ou suspensão – acredita-se que não é possível negarmos a experiência colonial e desenvolvermos um pensamento oposto aos quase quatro séculos de colonização, é inviável pensarmos nossa história a partir da lógica moderna que organiza a existência humana em períodos concretos e transições. Entretanto, se tomarmos o outro lado da história, dos conquistados, é preciso que se considere e registre as diversas e diferentes formas de resistência a este processo de conquista que foram desencadeados por esta região da América por parte principalmente dos dois povos que mais sofreram, os povos indígenas e os povos diaspóricos. E, estas diferentes formas de resistência e de luta anticolonialista demarca o processo de impor-se, levantar-se contra, ao mesmo tempo, que se experimenta no processo mesmo de luta outras formas de organização social. Um dos exemplos históricos e reveladores desta postura, no contexto brasileiro, são as comunidades quilombolas lideradas por Zumbi dos Palmares, mas ainda outras formas de lutas foram articuladas, como bem enfatiza Edison Carneiro:

A reação do homem negro contra a escravidão, na América Portuguesa, teve três aspectos principais: (a) a revolta organizada, pela tomada do Poder, que encontrou a sua expressão nos levantes de negros malês (muçulmanos), na Bahia, entre 1807 e 1835; (b) a insurreição armada, especialmente no caso de Manuel Balaio (1839) no Maranhão, e (c) a fuga para o mato, de que resultaram os quilombos, tão bem exemplificados no de Palmares. (1988, 31)

Entretanto, desde a perspectiva da língua espanhola, a retirada do “s”, segundo o que compreende Walsh, desconstrói as próprias regras linguísticas do espanhol, aportando certa irreverência a uma língua, que em concepções mais abertas se entende viva, portanto, em constante transformação, adaptando-se e produzindo novos sentidos, que permitem aos grupos sociais, estabelecer a comunicação, informar experiências, consolidar conhecimentos e mesmo fortalecer lutas, ou seja como “opción y provocación, siendo lo importante no su deletrear sino su significado enraizado en

las luchas sociopolíticas, ontológicas, epistémicas, éticas, estéticas y de la vida misma que – tanto en el pasado como en el presente – han desafiado el poder colonial (Walsh 2012, 18).

A colonização da América foi marcada pela permanente resistência, por movimentos de oposição e pelo constante desenvolvimento de alternativas-outras. Ela não foi universal e totalizadora, da mesma forma que a de(s)colonialidade não se constitui dessa forma. Vivemos em entremeios, em fronteiras que nos permitem dialogar com diferentes concepções. A América Latina é um *grande mosaico cultural* (Silva 2006), marcado pelo hibridismo, pelas diferenças e pelo constante movimento, que, ao mesmo tempo em que não pode ser compreendido como totalidade, não se permite compreender parcialmente. Por essa razão, a grafia de(s)colonialidade parece-nos representar essa multiplicidade de movimentos que se somam e se contrapõem entre a decolonialidade e a descolonialidade.

Na perspectiva da educação, a de(s)colonialidade tem uma tradição notável na América Latina, de forma especial em nosso país, pelos movimentos de Educação Popular desenvolvidos desde suas origens como uma pedagogia dos movimentos sociais. Isso significa que, a educação, em sua dimensão transformadora, exige ação e essa ação, por sua vez, é um processo dialógico e colaborativo, construído pelas e para as oprimidas e os oprimidos do nosso continente como parte indispensável do processo de conscientização (Freire 2017).

A conscientização enquanto elemento de(s)colonizador é ação social coletiva que reconhece e valoriza as experiências de vida; e é neste contexto que a EJA se caracteriza como um laboratório para a de(s)colonialidade. Paulo Freire, em suas diversas andanças pelo mundo, aprimorou sua proposta pedagógica e seu método de alfabetização a partir de seus movimentos e dos movimentos que integrou, caracterizando a educação, em especial a educação de jovens e adultos, como uma proposta em movimento e dos movimentos (Streck 2009). Tanto as políticas quanto as práticas educacionais necessitam estar em movimento e em diálogo com os movimentos para ser de(s)colonizadora e é a partir dessa percepção que *suleamos* nosso processo reflexão e análise.

Do colonialismo à colonialidade: emergência do pensamento fronteiro

Conforme Quijano e Wallerstein (1992), tanto a América Latina, quanto a Europa e seu modelo de expansão/dominação – o modelo capitalista – constituem-se como dois lados de uma mesma moeda: a modernidade. Marcada por movimentos de alteridade e dependência, a modernidade construiu-se a partir da lógica de que o progresso e a evolução das sociedades se baseiam na capacidade de produção e de exploração que elas possuem. Ou seja, a evolução, nessa visão, depende da capacidade de expropriar, de dominar e tomar para si aquilo que lhe é exterior. Conforme os autores, essa dependência, marcada pela hegemonia que os colonizadores exercem sobre e a partir dos colonizados, opera sobre todas as estruturas da sociedade: as organizações sociais, políticas e econômicas, o modo de agir/pensar/conhecer, a cultura, etc.

A chegada dos colonizadores e a imposição de sua visão de mundo deram origem ao colonialismo. O colonialismo é uma experiência humana muito antiga, baseada na apropriação e exploração de terras; entretanto, há que se considerar que

[...] con la conquista, colonización y bautismo de América, al terminar del siglo XV, comienza la historia del mercado mundial, del capitalismo y de la modernidad. [...] En consecuencia, las sociedades colonizadoras eran radicalmente diferentes y lo serán también las modalidades de colonización y sus implicaciones sobre cada metrópoli y sobre cada sociedad colonial. (Quijano y Wallerstein 1992, 588)

Isso significa que a experiência de colonização europeia nas Américas levou a uma nova lógica política e econômica, até então nunca imaginada. Seu centro estrutural era a naturalização do conceito de raça - uma estrutura biológica que passou a hierarquizar as relações sociais, considerando determinadas pessoas naturalmente inferiores às outras; e a articulação das formas históricas de controle do trabalho em torno do capital e do mercado mundial, por meio da difusão do capitalismo.

As relações de dominação em todo o mundo se transformaram, as identidades passaram a ser associadas a hierarquias, a determinadas regiões e esferas sociais, estabelecendo novas noções de superioridade e inferioridade. A constituição da Europa em uma nova identidade - depois da América - e a expansão do colonialismo europeu levaram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e, com ela, à elaboração teórica da ideia de raça, que naturalizou as relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus (Quijano 2005).

Assim, as experiências da colonização da América e suas consequências são “un producto original”, ou seja, são um novo padrão de dominação social, no qual a noção de raça passa a guiar todas as relações sociais, políticas e econômicas. Esse novo padrão estende-se para além do período colonial, ele está presente de forma direta e indireta em ideais, ações e discursos que constituem os nossos cotidianos; eis que surge, então, a *colonialidade* que coloca o homem branco europeu (ou europeizado) no topo da hierarquia racial, seguido (a passos lentos) por mestiços e, ao fim, por indígenas e negros. Nas palavras de Quijano, esse padrão é “uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo” (2005, 227).

A colonialidade representa a dominação do poder, do ser e do conhecimento que persistiu ao colonialismo. Ela é um fenômeno histórico duradouro e muito mais complexo, no qual as naturalizações hierárquicas são estendidas para novas categorias, como o território, a cultura, a classe social, a concepção político-epistêmica etc. (Restrepo y Rojas 2010). Ela “não é o passado da modernidade; é simplesmente a sua outra face” (Castro-Gómez 2005, 83). Para Mignolo (2017), que corrobora com as ideias de Quijano e Castro-Gómez, ela é o lado mais obscuro e inseparável da modernidade eurocêntrica e, portanto, modernidade e colonialidade são duas partes inseparáveis do “fenômeno” de colonização das Américas. Ela é “o início, o fim e o meio”, uma vez que é elemento constituinte da modernidade ao mesmo tempo que se estrutura a partir dela e continua presente na base do sistema global, “(...) el colonialismo sale de escena después de la primera ola de descolonizaciones (los Estados Unidos, Haiti y los países latinoamericanos) y de la segunda ola (la

India, Argélia, Nigéria, etc), mientras que la colonialidad sigue viva y fuerte en la actual estructura global” (Mignolo 2017, 15).

Tendo isso em vista, Walsh, dando continuidade aos estudos do Grupo sobre a temática, sinaliza que a colonialidade opera em quatro dimensões que agem conjuntamente para a manutenção das diferenças entre colonizadores e colonizados, agravando e postergando as condições de subalternização. São elas: a colonialidade do poder, a colonialidade do saber, a colonialidade do ser e a colonialidade da natureza (Walsh 2007). É por meios destas quatro dimensões, em especial das duas primeiras, que a hierarquia racial e epistêmica se manifesta sobre as formas e as políticas educacionais. A existência e a necessidade da EJA hoje são reflexos de um processo histórico pautado tanto na naturalização das explorações e da pobreza daqueles que traziam em seus corpos os signos dos colonizados; quanto na perspectiva eurocêntrica limitada de conhecimento, na qual os saberes sulbateros (os conhecimentos indígenas, africanos e a miscigenação, a *mestiçagem* que forma a base cultural daqueles que estão à margem desta colonialidade) são desprezados. Conforme Walsh,

Es a partir de esta racialización moderno-colonial que se forjo la idea de que los índios y negros no piensan por si mismos; cualquier saber viene simplemente de la práctica de/con la naturaliza, así clasificada y nombrada como ‘tradición’, nunca como ciência o conocimiento. (2007, 231)

Para Mignolo (2003), o “pensamento de fronteira se torna possível no momento em que se rompe o dique do sistema moderno global” (23). Ele representa o ponto de junção entre o sistema colonial e o local, o encontro entre “histórias locais e desenhos globais” (23). Em sua caminhada histórica, a proposta da modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) se traduz como uma alternativa à colonização; tal qual o pensamento de fronteira, ela localiza o sujeito na sua história e sua história no mundo, uma vez que “eu sou onde faço e penso” (Mignolo 2010, 92).

Entretanto, em muitos casos, quando esse ideal é convertido em política educacional, a ideologia colonizadora acaba atravessando essa fronteira metafórica e transformando um potencial espaço de transformação em mecanismo de reprodução da *violência epistêmica* imposta pelo eurocentrismo. Partimos do pressuposto de que a Política de EJA ocupa um espaço de fronteira que faz ambos os movimentos, pois acreditamos que ela dialoga com agências internacionais, cujos propósitos são globais e atendem às lógicas de mercado; ao mesmo tempo em que preconiza a valorização os saberes locais e as experiências individuais. Contudo, resta-nos saber, nesse contexto, onde enquadram-se os pressupostos da de(s)colonialidade? Onde, nesses saberes locais, os sujeitos são georeferenciados e culturalmente situados dentro do continente latino-americano? E mais importante, qual a perspectiva de futuro, ou melhor, qual *horizonte de sentido epistemológico* presente na política?

Na esteira destas questões convocamos a pesquisadora australiana Raewyn Connell (2012), quando toma a teoria social e sua produção como foco em um de seus trabalhos. Connell revigora o debate sobre o processo produtivo da ciência social e pergunta-se por onde concentra-se a produção, alude à metrópole, ao centro e ao norte global como o lócus desta produção majoritariamente, resta ao sul global (periferia) imitar os produtos intelectuais, ou então, servir de

campo de aplicação. Na disputa política pelo lugar de reconhecimento de produção intelectual, uma das agências que oferece a arena para esta disputa, para além do mercado, são as grandes universidades, e obviamente, localizam-se no norte global. Ou seja: “Os textos de teoria social envolvem principalmente uma reificação da experiência social do Norte” (Connell 2012, 10). Portanto é uma teoria que traduz o local desde onde emerge como produto cultural e científico do grupo social que representa. Nesse sentido, um aspecto nos é, por demais caro, o fato de que sendo um produto intelectual marcadamente com as características sociais de onde se produz, significa estabelecer que a experiência do colonialismo não está sendo considerado, portanto, o sujeito histórico concreto e sua experiência desde a colonização está fora desta estrutura e maquinaria intelectual e todo o seu aparato metodológico. Diz Connell: “Eles não escrevem a partir da experiência social de quem foi colonizado, ou se envolveu na colonização, ou ainda está imerso numa situação neocolonial” (2012, 10). Continua ainda: “E, na verdade, suas imaginações teóricas não incorporam o colonialismo como um processo social significativo” (2012, 10).

Então, uma vez explicitado o lugar deste sujeito histórico concreto que produz as teorias sociais, podemos retornar a pergunta apresentada anteriormente e que agora voltamos a apresentá-la inspirados em Gayatri Spivak (2018): Pode o colonizado falar? Produzir ciência e conhecimento? Nestas arenas em que as disputas, historicamente tem se dado, haveria um espaço para o colonizado? Haveria de se querer, desde a condição da experiência da colonização, entabular o diálogo? E desde que condições este diálogo se pautaria?

Este deslocamento geoepistêmico, e mesmo correndo o risco da obviedade, aclaro: geo desde a perspectiva física, territorial, local, portanto produtos sociais, culturais, políticos etc. emergem desde um lugar e, epistêmico, como o conhecimento que tem o local como um dos pontos de partida para a produção de sentido, ainda que não seja o único, aqui assume importância o destaque, pelo fato de que o conhecimento hegemônico se apresenta como universal, deslocado de sua geografia desde onde foi produzido e com isso todo o contexto que continua a representar.

A perspectiva de(s)colonial, não se reduz a mais uma teoria no âmbito acadêmico, ela se apresenta como movimento em construção, amparada em uma geografia que nutre e alimenta ideias que vão sendo revisitadas após o longo período do colonialismo e seus nefastos e, ainda presente, efeitos. De outro lado, a exigência de um projeto que perspectiva um horizonte de sentido histórico desde outras bases, revisitando velhas aprendizagens, desobedecendo maquinarias científicas consagradas e ousando procurar por outros modos de produzir ciência e conhecimento na aposta por novos horizontes.

Considerações finais

Neste trabalho procurou-se centrar em um reposicionamento, que considerou criticamente o lugar da experiência colonial, buscando a construção de um pensamento outro. A aposta que se fez encontrou na perspectiva descolonial a possibilidade de localizar o ato criativo e de re-existência na história, desobedecendo cânones epistêmicos consagrados, deslocando de lugar a centralidade do pensamento hegemônico. Neste esforço analítico e reconstrutivo despontam

emergências e ao mesmo tempo desobediências epistêmicas que cobram por um ato reflexivo como estratégias de fuga e distanciamento do que história oficial ensinou como ciência e conhecimento reconhecido.

Ao produzir o movimento geoepestêmico, é preciso considerar, tanto os aspectos físicos, que remetem para o local; os aspectos históricos e políticos, que nos convocam para um revisitar da forma com que a história foi produzida, os aspectos cognitivo/intelectuais, ou de forma mais abrangente, os aspectos epistêmicos que fundamentaram as ações colonizadoras e que podem agora, revisitados, vir a fundamentar a construção de ações e projetos descolonizadores.

Sobre o “geo”, falamos de lugar, desde onde se assenta o sujeito histórico e concreto, o sujeito que pensa, que se constitui de significados e sentidos e desde onde lança seu olhar sobre o mundo, comunicando-se consigo mesmo, e com os outros que o cercam em um movimento espiralado. A assunção deste sujeito histórico, demarca politicamente um modo de produzir conhecimento, uma forma de exercitar o ato de pensar ontologicamente. Ao invocar este sujeito concreto, junto se assume sua história e seus sentidos construídos ao longo de uma existência que é também herdada. Portanto se fala de um sujeito histórico vinculado a um coletivo em construção.

Já no segundo aspecto, o político e histórico, é justamente a assunção do sujeito histórico desde onde se encontra que permite e autoriza um revisitar de versões históricas consagradas, a ousadia de contar de novo, desde outras bases, outras referências, aqui a marca está na intencionalidade, portanto a perspectiva política que se alia ao movimento de reconstrução histórica.

Finalmente, indicamos os aspectos epistêmicos, e esta é uma produção que já se encontra em andamento, a exemplo do que preconiza a perspectiva descolonial, desde o final da década de 90, do século XX, entretanto, resta acentuar que a luta pelo processo de descolonização remeta aos primórdios dos primeiros encontros entre os europeus colonizadores e povos autóctones das terras, transformada em objeto de conquista. Lançar-se em busca de outros referenciais para compreender o que nos passa, para além do que consagrou-se chamar de conhecimento hegemônico, coloca-se como exercício permanente. A escuta sensível, o olhar atento, e o resgate de práticas e modos de conhecer, historicamente relegados ou como bem diz, Gayatri Spivak, “arremessados para fora da história” podem constituir-se como bons espaços e estratégias de acercamento e retomada de saberes. Nesta direção deriva o lugar que a educação pode assumir na construção de novos sujeitos, construindo desde a margem (o lugar onde foram parar os arremessados), possibilidade de conhecer outras.

Referências

- Ballestrin, Luciana. 2013. «América Latina e o Giro Decolonial». *Revista Brasileira de Ciência Política* 11: 89–117.
- Ballestrin, Luciana. 2012. «O Giro Decolonial e a América Latina». *36º Encontro Anual da ANPOCS: Águas de Lindóia*.
- Castro-Gómez, Santiago, y Ramón Grosfoguel. 2007. «Prólogo. Giro Decolonial, teoría crítica y pensamiento heterárquico». En *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, organizado por Santiago Castro-Gómez y Ramón Grosfoguel. Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Castro-Gómez, Santiago. 2005. «Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”». En *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, colección Sur Sur, organizado por Edgardo Lander, 80–87. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO.
- CLADE. 2017. *Consulta Ampliando Voces: La educación de personas jóvenes y adultas desde la mirada de sus sujetos*. São Paulo: Oficina Campaña Latinoamericana por el Derecho a la Educación.
- Connell, Raewyn. 2012. «A iminente revolução na teoria social». *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 27, n.º 80: 9–20.
<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/ZZZqDf3h5FwNbfCMQ66jPqF/?format=pdf&lang=pt>
- Escobar, Arturo. 2005. *Mas allá del tercer mundo. Globalización y diferencia*. Bogotá: Instituto Colombiano de Antropología e Historia.
- Escobar, Arturo. 2003. «Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación de modernidad/colonialidad latinoamericano». *Revista Tabula Rasa* 1: 51–86.
<https://www.redalyc.org/pdf/396/39600104.pdf>
- Escobar, Arturo. 2014. *Sentipensar con la tierra. Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Medellín: Ediciones UNAULA.
- Freire, Paulo. 2017. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Maldonado-Torres, Nelson. 2008. «La descolonización y el giro des-colonial». *Tabula Rasa*, n.º 9: 61–72. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39600905>
- Mignolo, Walter. 2017. «Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade». *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 32, n.º 94: 1–18. <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc-3294022017.pdf>
- Mignolo, Walter. 2010. *Desobediencia epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad*. Buenos Aires: Ediciones del Signo.
- Mignolo, Walter. 2007. *La idea de América Latina. La herida colonial y la opción decolonial*. Barcelona: Gedisa Editorial.
- Mignolo, Walter. 2003. *Historias locales/diseños globales: colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Madrid: Ediciones Akal.

- Neto, João Colares da Mota. 2015. *Educação Popular e Pensamento Decolonial Latino-Americano em Paulo Freire e Orlando Fals Borda*. Tesis doctoral. Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação.
- Quijano, Aníbal. 2014. «“Bien vivir”: entre el “desarrollo” y la des/colonialidad del poder». En: Quijano, Aníbal (ed.). *Des/colonialidade y bien vivir. Un nuevo debate en América Latina*. Lima: Editorial Universitaria: 19–33.
- Quijano, Aníbal. 2005. «Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina». En: Lander, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber. eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur: CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires: 227–278.
- Quijano, Aníbal, e Immanuel Wallerstein. 1992. «La americanidad como concepto o América en el moderno sistema mundial». *Revista Internacional de Ciencias Sociales* 134: 583–591.
- Restrepo, Eduardo, y Axel Rojas. 2010. *Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos*. Popayán: Samava.
- Silva, Gilberto Ferreira da. 2006. «Da embriaguez de um conceito: procurando a sustentabilidade das diferenças e das identidades». En: Penna, Rejane; Machado Toaldo, Ana Maria; Sabedot, Sydney (orgs.). *Conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento regional*. Canoas: Salles, v. 1: 23–32.
- Silva, Gilberto Ferreira da. 2020. «Por uma gênese do Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (GPEI): itinerários epistêmicos descolonizadores». *Revista Brasileira de Pós-Graduação - RBPG* 16, n.º 36: 1–22. <https://rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/1702>
- Pachón Soto, Daniel. 2008. «Nueva perspectiva filosófica en América Latina: el grupo Modernidad/Colonialidad». *Ciencia Política* 3, n.º 5: 8–35. <https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/17029>
- Streck, Danilo. 2009. «Uma pedagogia em movimento: os movimentos sociais na obra de Paulo Freire». En: Mafra, Jason, et al. *Globalização, educação e movimentos sociais: 40 anos da pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora do Instituto Paulo Freire-Esfera: 63–72.
- Spivak, Gayatri. 2018. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Valiente, Silvia. 2022. «¿Cómo pensar lo decolonial en nuestros días?». En: Silva, Gilberto Ferreira da (org.). *Da descolonização à descolonialidade. Fazeres e pensares em educação*. Curitiba: Editora CRV: 19–49.
- Walsh, Catherine. 2007. «¿Son posibles unas ciencias sociales/culturales otras? Reflexiones en torno a las epistemologías decoloniales». *Nómada. Revista de la Universidad Central de Colombia*: 102–113. https://www.ucentral.edu.co/images/editorial/nomadas/docs/nomadas_8_son_posibles_catherine.pdf
- Walsh, Catherine. 2012. *Interculturalidad crítica y (de) colonialidad. Ensayos desde Abya Yala*. Quito: Ediciones Abya Yala.

Gilberto Ferreira da Silva: Possui graduação em Filosofia (1989), Licenciado em Pedagogia (2023). Mestrado (1997) e doutorado(2001) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou estágio de Pós-doutorado na Universidade de Barcelona (UB) (2009/2010). Atualmente faz parte do corpo de pareceristas: - Mouseion Revista Eletrônica, - Diálogo (Canoas) (1519-3640), Educação Realidade (UFRGS). Foi editor-chefe da Revista Educação, Ciência e Cultura de 2007 a 2014. É Editor desde 2017 da Revista Educação, Ciência e Cultura (Unilasalle/Canoas). Faz Parte do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UNILASALLE) desde março de 2017. Foi Coordenador da Pesquisa de 1999 à 2001, responsável pela criação e estruturação da Política Institucional de Pesquisa (Unilasalle). Atuou na Equipe de Avaliação Institucional do Unilasalle no período de 2002 a 2007, contribuindo na criação do Programa de Avaliação Institucional (PAIC). Atuou como responsável pela criação do Mestrado Acadêmico em Educação, coordenando o grupo de trabalho no período de 2003 a 2006. Membro do Comitê Assessor (Educação/Psicologia) da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS - 2012/16 - 2024/atual). Coordenador da Linha de Pesquisa Formação de Professores, teorias e práticas educativas de 2007 a 2021. Consultor de periódicos Nacionais e Internacionais. Consultor de Editoras na avaliação de obras. Pesquisador, Bolsista e Consultor Ad Hoc do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Pesquisador FAPERGS. Professor do Curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle/Canoas. Líder do Grupo de Pesquisa em Educação intercultural (GPEI). Faz parte da Equipe Gestora da Sociedad Latinoamericana de Estudios Interculturales (SOLEI) com sede na Colômbia desde jul/2017, Asociación Multidisciplinar de Investigación Educativa (AMIE/ES), da Red Iberoamericana de Docentes com sede em Cádiz, Espanha e a Red Internacional Decolonial Mad/África. Integra a Common Ground Research Networks. Compõe a Red COOPERO (Red de fomento para a colaboración basada en investigación y el desarrollo de capacidades académicas de formación continua en instituciones de educación superior entre América Latina y Europa). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação em Periferias Urbanas, atuando principalmente no campo da formação continuada de professores, onde explora temas desde a perspectiva da descolonialidade, educação intercultural, relações raciais, culturas urbanas e políticas educacionais.

Carolina Schenatto da Rosa: Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), com bolsa CNPq e mestra em Educação pela Universidade La Salle (UNILASALLE), com bolsa CAPES. É graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), onde atuou como Bolsista de Iniciação Científica (IC) pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul, no Programa de Pós-Graduação em Educação. Realizou estágio pós-doutoral no Centre for African Studies (University of Cape Town) em 2022. Atualmente realiza estágio pós-doutoral na Universidade de Caxias do Sul (UCS) com bolsa DOCFIX/FAPERGS. Tem interesse pelos seguintes temas: estudos decoloniais, democratização do conhecimento, cidadania/cidadania global, migrações, pensamento freireano e pensamento pedagógico latino-americano. Integra o Grupo de Pesquisa em Educação Intercultural (UNILASALLE) e o Grupo de Pesquisa Educação e pesquisa na América Latina: convergências teóricas e metodológicas (UCS).